

PT 3 - Capital e lutas sociais: economia e política, sociedade e Estado

Classe social no legado de Marx e Engels: um contributo por uma perspectiva multidimensional e interseccional

Manuel Carlos Silva

O tema das classes sociais não é axiológica e/ou politicamente neutro. Trata-se de uma velha e nova questão com diversos posicionamentos científicos, políticos e ideológicos/utópicos e com repercussões na vida quotidiana das pessoas. As trajetórias, as identidades coletivas e individuais, assim como os hábitos e as representações sociais enraízam-se nas condições objetivas de vida, nas quais relevam as estruturas de classe, articuláveis com outras vertentes como o género ou a etnia, para o que relevam de novo para o debate os contributos de Max Weber e de outros autores/as mais recentes, nomeadamente teóricas feministas e afro-americanas/os em torno do género e da etnicidade.

Por fim, tendo presente que os legados de Marx (e Weber) constituíram bases fecundas para perspectivas de síntese em Elias, Giddens e sobretudo Bourdieu, Wight, Bader e Benschop, com este texto é relevado o legado incontornável de Marx sobre modo de produção capitalista e suas contradições, as suas classes nucleares – burguesia e proletariado – mas sem minorizar as análises acutilantes sobre a formação social concreta, designadamente francesa, e as diversas classes aí presentes. Embora não tenham desenvolvido uma teoria das classes sociais, Marx e Engels deixaram-nos uma base analítica imprescindível não só para superar o velho binómio estrutura-ação e sustentar uma conceção multidimensional de classe social como fornecer um notável contributo para as mais recentes teorias da reprodução social e da interseccionalidade, nomeadamente entre classe, género e etnicidade – eixos fulcrais em vista da emancipação social de explorados e oprimidos.

Palavras-chave: Classe social, condição objetiva, multidimensionalidade, reprodução social, interseccionalidade

Ganhar a vida na rua: economia informal e o Estado

Francisco Gina

Fernando Bessa Ribeiro

As atividades de comércio de rua informal em Angola datam, pelo menos, desde a independência do país em 1975, tendo sido impulsionadas pela situação económica de Angola. O conflito armado em que o país esteve mergulhado durante quase três décadas é apontado como o principal promotor desta atividade, nomeadamente devido a que uma parte considerável da população rural foi obrigada a abandonar as suas casas e os seus campos agrícolas para procurar refúgio nos principais centros urbanos. Porém, o fim da guerra civil em 1992 não reduziu a importância das atividades informais. Pelo contrário,

estas continuaram a florescer, mostrando-se a paz e a conseqüente estabilização política incapazes de desenvolver a oferta de trabalho nos setores formais da economia em quantidade adequada à procura.

A presente comunicação procura descrever e compreender as diferentes formas de ganhar a vida nas ruas de Luanda, com uma especial atenção para as mulheres, considerando que, como nas zonas rurais, constituem o principal (e não raro único) pilar da obtenção de rendimento familiar.

Palavras-chave: atividades informais, Luanda (Angola), mulheres, rendimento

O golpe de 2016 e a luta de classes no Brasil

Cristina Pereira de Araujo

Essa comunicação tem por objetivo analisar as motivações que conduziram ao impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2016. Para tanto, parte de uma reflexão de ordem geopolítica mundial e o papel do Brasil dentro desta ordem. A eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por duas vezes consecutivas e de sua sucessora Dilma Rousseff iria conferir ao Partido dos Trabalhadores 16 anos de governo progressista, e com projeção para mais 08 anos, a se considerar o sucesso do modelo de inclusão social e aumento da renda das classes mais pobres. Contudo, tal pleito foi interrompido em abril de 2016 quando se iniciou o processo que conduziria ao impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff. Mas como explicar que um Governo que tirou o Brasil do mapa da fome, estava em pleno emprego em 2014, havia descoberto o pré-sal e revertia por força de Lei os royalties do petróleo para investimentos em educação e saúde, obtivesse consentimento popular para tamanha agressão à democracia? A resposta pretendida a essa questão, e foco dessa comunicação, é dada a partir de um olhar sobre a luta de classes. “Nunca antes na história desse País”, como diria o Presidente Lula, o Brasil tinha avançado tanto em indicadores sociais e econômicos. A elevação do salário mínimo, o pleno emprego e o acesso às universidades provocariam uma mudança na estrutura social brasileira, mas também uma reação por parte das classes mais abastadas que objetivaram reimpor o aumento de seu capital em detrimento da exploração da classe trabalhadora. O golpe de 2016 foi resultado da aliança das classes conservadoras com o capital internacional e refletiu a desmobilização e despolitização da classe trabalhadora que sob uma cortina de fumaça provocada pela grande mídia ainda se encontra sem reação diante das progressivas perdas desde o golpe.

Palavras-chave: Brasil, Luta de classes, golpe de 2016, impeachment Dilma Rousseff.

Reforma Trabalhista no Brasil: contribuições reflexivas de Karl Marx e Florestan Fernandes

Tainara Fernandes Machado

Guilherme Luiz Krucinski Tortelli

Carlos RS Machado

Diante do atual contexto político e social brasileiro, de retrocesso dos direitos trabalhistas e sociais, pretendemos refletir sobre alguns aspectos dessas reformas apresentadas pelo atual governo. Nesse sentido, o trabalho de Florestan Fernandes (A revolução burguesa no Brasil - 1975) é essencial para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, como um modelo autocrático-burguês, no qual se verifica as movimentações dos setores dominantes para a perpetuação dos seus espaços de poder. O surgimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no Brasil que, por um lado organiza e regulamenta o trabalho, no seu contexto político, histórico e social, por outro lado, serve à dominação e ao controle do capitalista ao trabalhador. Apesar da sua complexidade, a CLT constitui um patamar civilizatório nas relações capital-trabalho. Este que vem sendo fragilizado por membros da elite política brasileira que estão no poder, e que com o golpe de 2016 iniciam o desmonte das estruturas do Estado e das políticas públicas sociais de garantia de direitos aos trabalhadores. A Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), dentre outras reformas propostas desde a instauração do governo de Michel Temer, visa fragilizar o trabalho e o trabalhador como é perceptível, por exemplo, na flexibilização da jornada de trabalho. As contribuições de Marx (O Capital – Livro I – 1865) nos auxiliam a perceber que esse processo tende ao enfraquecimento da classe trabalhadora como ator político. Dessa forma, utilizam-se as reflexões acerca do capitalismo e das suas contradições para refletirmos sobre este momento histórico brasileiro.

Palavras-chave: Reforma trabalhista brasileira; trabalho e Marx; reestruturação do Estado brasileiro

O modo de produção capitalista e a economia solidária na região serrana de Santa Catarina - Brasil

Geraldo Augusto Locks

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o modo de produção capitalista e no bojo de suas contradições apontar a reemergência da economia solidária enquanto uma estratégia alternativa de resistência e insurreição social na região Serrana de Santa Catarina, Brasil. Trata-se de uma área geográfica de dezoito municípios os quais geopolítica e administrativamente constituem a Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES). A questão central é problematizar as relações sociais de produção que caracterizam historicamente a estrutura material da sociedade serrana, ou seja, demonstrar como os homens e mulheres tem se organizado socioeconomicamente para produzir sua existência do início da colonização, em 1766, à contemporaneidade. Tal perspectiva de análise se fundamenta na afirmação de Marx de que o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Para alcançar tal empreendimento sistematiza-se a reflexão em três períodos: a estruturação fundiária latifundista e a criação de gado em regime extensivo (1766-1940); a exploração indiscriminada e predatório da Aracucária angustifolia, combinando crescimento

econômico com desigualdade social (1940-1970); finalmente, caracteriza-se atualmente a materialidade de um desenvolvimento socialmente desigual, economicamente injusto, politicamente tecnoburocrático sob domínio das oligarquias rurais e industriais e ambientalmente predatório. Neste contexto, na década de 1980, reemerge a economia solidária protagonizada por homens e mulheres organizados em empreendimentos econômicos solidários, orientados por valores e princípios antagônicos à lógica do capital, ou seja: autogestão, propriedade dos meios de produção, distribuição equitativa dos resultados do trabalho, cuidado com o meio ambiente, responsabilidade com o entorno social. Espera-se que esta comunicação reitere a relevância da análise do materialismo histórico e dialético para romper com a alienação, diminuir a complexidade do real, apontar a possibilidade de saída do capitalismo pela estratégia da economia solidária e manter a chama da utopia de uma sociedade inclusiva, justa e democrática.

Palavras-chave: Modo de produção capitalista. Materialismo histórico e dialético. Resistência e insurreição. Economia solidária.

Desenvolvimentos desiguais: SUAPE, Reserva do Paiva e o aumento da pobreza em Cabo de Santo Agostinho/ PE - Brasil

Cristina Pereira de Araujo

Ana Kelly Ferreira Nóbrega

Essa investigação parte do pressuposto marxista e assumido por David Harvey, de que os investimentos no circuito secundário do capital são decorrentes da sobre acumulação no circuito primário, ou seja, dos bens de produção. Nessa linha de análise, tem-se que a produção de bens urbanos e conseqüentemente os investimentos imobiliários decorrem do excesso de liquidez. O regime de acumulação em vigência desde meados dos anos 1970 (embora atualmente em xeque, decorrente da crise do subprime americano em 2008), denominado de liberalização financeira, provocou uma maior fluidez do capital que passou também a ser negociado na forma de títulos e investimentos imobiliários. Nos anos 2000, esse excesso de liquidez chegou no Nordeste brasileiro e culminou com a dinamização do Complexo Industrial do Porto de Suape, no município de Cabo de Santo Agostinho, pertencente a Região Metropolitana de Recife/Pernambuco. Se por um lado, a dinamização do Porto de Suape trouxe uma nova reconfiguração na ordem da divisão territorial do trabalho, contribuindo para um maior equilíbrio do fluxo de capital entre o Norte e o Sul do País, por outro lado, contribuiu para reproduzir o desenvolvimento desigual no que diz respeito à reprodução do espaço urbano. O bairro planejado Reserva do Paiva e o aumento da favelização no município do Cabo de Santo Agostinho são os dois lados da mesma moeda e refletem as distintas divisões sociais do trabalho presentes na localidade. É nesse contexto que pretendemos apontar que embora seja incontestável que o estado de Pernambuco tenha se beneficiado da fluidez de capital e da maior distribuição de renda e emprego geradas pelos governos Lula/Dilma na Presidência, o que se observa na escala da municipalidade ainda é uma exacerbada diferenciação na produção do espaço urbano, restando desigual e excludente, privilegiando as classes detentoras do capital em detrimento à classe trabalhadora, ainda destinada à sub-moradia.

Palavras-chave: